

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - MERCOSUL



## Relatório Consolidado da Iniciativa

“Promoção do Diálogo sobre o  
Acordo de Associação UE-Mercosul”





## **DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL**

Embaixador da União Europeia no Brasil

**Ignacio Ybáñez**

Conselheiro – Chefe da Seção de Comércio e Economia

**Michele Villani**

Primeira Secretária – Chefe do Sector FPI-Regional Team Américas

**Maria Rosa Sabbatelli**

Adido Civil – Gerente de Projetos – Instrumento da Parceria (FPI) Team Regional Américas

**Costanzo Fisogni**

Oficial de Comércio - Seção de Comércio e Economia

**Miguel Castro**

## **CONSÓRCIO EXECUTOR**

Konrad-Adenauer-Stiftung e.V. (KAS)

CESO Development Consultant

## **AUTORAS**

**Victoriana Leonora Corte Gonzaga**

**Fernanda Cristina de Oliveira Franco**

**Maria Abramo Caldeira Brant**

### **Uso e Divulgação dos Dados:**

Os dados do presente relatório não deverão ser divulgados e não deverão ser duplicados ou utilizados, no todo ou em parte, para qualquer outra finalidade que não a de avaliar a proposta.

### **Disclaimer:**

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, e não representam, necessariamente, o ponto de vista do Governo Brasileiro e da União Europeia.





## Sumário

<b>I.</b>	<b>Apresentação</b>	<b>4</b>
<b>II.</b>	<b>Etapas – Workshops e Conferência</b>	<b>5</b>
<b>III.</b>	<b>Conteúdo temático</b>	<b>6</b>
	a. Primeira etapa – Workshops	
	b. Segunda etapa – Conferência	
<b>IV.</b>	<b>Participação</b>	<b>13</b>
	a. Primeira etapa – Workshops	
	b. Segunda etapa – Conferência	
<b>V.</b>	<b>Resultados alcançados</b>	<b>15</b>
	a. Participação	
	b. Promoção de diálogo	
	c. Disseminação de conhecimento e informação sobre o capítulo CDS	
<b>VI.</b>	<b>Dificuldades encontradas</b>	<b>17</b>
	a. Primeira etapa – Workshops	
	b. Segunda etapa – Conferência	
<b>VII.</b>	<b>Recomendações</b>	<b>19</b>





# I. Apresentação

1. O presente Relatório Consolidado sintetiza os principais pontos apresentados nos Relatórios Finais de Documentação e Resultados da 1a e 2a Etapas da iniciativa “Promoção do Comércio e Agenda Sustentável no Brasil e no Acordo de Comércio União Europeia - Mercosul”, realizada pela **Delegação da União Europeia no Brasil (DELBRA)**<sup>1</sup>.
2. A DELBRA realizou em 2020 – entre setembro e dezembro – duas etapas da iniciativa, com vistas a informar a sociedade civil brasileira (organizações não-governamentais, organizações empresarias, fundações, academia, organizações sindicais, movimentos sociais etc.) sobre o **Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável (CDS)**<sup>2</sup> do Acordo de Associação UE-Mercosul.
3. Para a DELBRA, o **Acordo de Associação União Europeia - Mercosul (Acordo)** visa a consolidar a parceria estratégica entre União Europeia (UE) e o Mercosul em nível político e econômico e a criar oportunidades de desenvolvimento sustentável para ambas as partes.

- 
1. Relatórios Finais da Etapa 01 (workshops) e da Etapa 02 (Conferência) com informações completas e pormenorizadas encontram-se disponíveis em <[https://eeas.europa.eu/delegations/brazil\\_pt](https://eeas.europa.eu/delegations/brazil_pt)>
  2. Disponível em:  
<[http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/2019\\_07\\_03\\_-\\_Resumo\\_Acordo\\_Mercosul\\_UE.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/2019_07_03_-_Resumo_Acordo_Mercosul_UE.pdf)>  
<<https://multimedia.getresponse.com/getresponse-z3APt/documents/22c7dde2-af76-4194-9e1f-39036239a9a4.pdf>>  
<[https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/july/tradoc\\_158002.pdf](https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/july/tradoc_158002.pdf)>





## II. Etapas – Workshops e Conferência

4. A iniciativa teve como **objetivo** o diálogo sobre o CDS, com o intuito de propiciar debate informado entre a UE e organizações brasileiras e dar visibilidade aos compromissos socioambientais trazidos no Capítulo, bem como incentivar as organizações brasileiras a se tornarem atores ativos na implementação e no acompanhamento do Acordo.

5. O formato escolhido para alcançar os objetivos foi o de uma série virtual de Workshops e uma Conferência, que propiciaram a realização de debates abertos e informados sobre os desafios e oportunidades potenciais trazidas pelo Acordo entre a UE e as organizações brasileiras da sociedade civil e do setor privado.

6. A **primeira etapa** consistiu na realização de uma **mesa de abertura e três Workshops temáticos**, realizados entre os dias 19 de outubro e 5 de novembro de 2020 sob o título: “Promoção do Comércio e Agenda Sustentável no Brasil e no Acordo de Comércio UE-Mercosul”. Foram abordados os principais temas do CDS: meio ambiente, condições de trabalho e participação da sociedade civil na implementação e monitoramento do Acordo<sup>3</sup>.

7. A partir da análise dos resultados da primeira etapa, concluiu-se que, embora as organizações brasileiras tivessem tido a oportunidade de se informar sobre os termos e conteúdo do CDS, permaneceram dúvidas sobre consequências práticas do Acordo, seus meios de implementação e desafios relacionados à sua implementação, sobretudo diante do atual contexto político brasileiro.

8. Dando continuidade à primeira etapa, a **segunda etapa**<sup>4</sup> consistiu na realização de uma **Conferência virtual**, intitulada “Acordo de Associação UE-Mercosul: agenda de desenvolvimento sustentável e o papel da sociedade civil e das empresas”, realizada nos dias 8 e 9 de dezembro do mesmo ano.

9. A Conferência priorizou debates acerca de três pontos especialmente: (a) impactos econômicos, sociais e ambientais do CDS do Acordo; (b) extensão, forma e características do envolvimento da sociedade civil nos mecanismos de participação; e (c) mecanismos institucionais de participação e solução de controvérsia.

3. O conteúdo dos workshops pode ser acessado por meio do canal da Delegação da União Europeia no Youtube.

4. Disponível em:  
<<https://multimedia.getresponse.com/getresponse-z3APt/documents/117d586d-f964-42a3-b9dd-9a64b967e0e5.pdf>>





## III. Conteúdo temático<sup>5</sup>

### (a) Primeira etapa – Workshops

10. A **mesa de abertura** foi realizada no dia 19 de setembro e deu início à série de Workshops. Contou com a participação do Embaixador da Delegação da União Europeia no Brasil, Ignacio Sánchez, e do Chefe da Seção de Comércio da DELBRA, Michele Villani, que apresentaram os objetivos da iniciativa, destacando o intuito de possibilitar o debate aberto e participativo e dar conhecimento sobre os compromissos do Acordo, como forma de colaborar para a promoção da agenda sustentável no Brasil.

11. Foram destacados diversos pontos, especialmente relacionados à estratégia da UE para os próximos anos (*Green Deal*<sup>6</sup>) e a contribuição do Acordo a essa iniciativa. Foi destacado ainda como o desenvolvimento sustentável é estratégico para a União Europeia e mencionadas iniciativas que o bloco vem realizando neste sentido no Brasil e no mundo.

12. O primeiro Workshop temático “**Meio Ambiente, Clima e Comércio Internacional**”<sup>7</sup> contou com participação dos peritos da União Europeia – John Bazill e Julius Langerdorff, ambos integrantes da Seção de Comércio da UE em Bruxelas e participantes das rodadas de negociação do Acordo. Houve também a participação de um convidado representante da sociedade civil, André Guimaraes, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

13. Os peritos fizeram breve introdução sobre o Acordo e sua estrutura, destacando que a negociação é do Mercosul e não apenas do Brasil e que os resultados são fruto de consensos possíveis entre todas as partes envolvidas. Pontuaram a importância e a novidade trazida pelo Acordo no tocante ao CDS e a intenção do mercado consumidor europeu de privilegiar o consumo de produtos oriundos de práticas sustentáveis. Detalharam o conteúdo do Capítulo,

---

5. Quanto ao formato da iniciativa, observa-se que tanto a primeira, quanto a segunda etapa, haviam sido originalmente previstas para o início do primeiro e início do segundo semestre de 2020, respectivamente, em formato presencial. No entanto, devido às restrições sanitárias impostas pela Covid-19, a iniciativa foi suspensa em abril e retomada em setembro, adaptada ao formato virtual. Diante dessa realidade, identificou-se como oportunidades da modalidade virtual: (a) possibilidade de participação de membros do corpo técnico da UE do Brasil e da Europa; (b) inclusão de organizações do eixo Norte-Nordeste (ausentes na proposta presencial); e (c) possibilidade de participação de especialistas envolvidos em estudos avançados de avaliação do Acordo.

6. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal\\_pt](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt)>

7. O vídeo completo do Workshop I com áudio original está disponível em: <[https://youtu.be/ABab5\\_hgXZE](https://youtu.be/ABab5_hgXZE)> e com áudio traduzido em: <<https://youtu.be/x1jolfJMKIQ>>





com ênfase nas áreas de Mudança Climática, Acordo de Paris, biodiversidade, recursos naturais, pesca, gestão de cadeias produtivas e temas correlatos.

14. André Guimaraes ressaltou a importância do empoderamento da sociedade civil na implementação do Acordo, criticou o modelo expansionista, responsável por aumentar os índices de desmatamento, e salientou a necessidade de superação e transformação do paradigma desenvolvimentista que determina o uso da terra no Brasil.

15. Após a sessão inicial expositiva, os participantes foram divididos em 05 salas menores, cada qual convidada a refletir sobre questões orientadoras comuns a todos os grupos<sup>8</sup>. Após os debates, os grupos trouxeram questionamentos sobre:

- i. a vinculação dos Estados aos compromissos ambientais e as consequências da não observância dos compromissos trazidos no Acordo;
- ii. a contribuição do Acordo para a expansão da fronteira agrícola na Amazônia. Expressou-se preocupação quanto à observância dos termos da Convenção 169 da OIT em relação aos povos indígenas e populações tradicionais;
- iii. o pouco valor agregado dado aos produtos primários, base dos itens de exportação do Brasil ao mercado europeu;
- iv. a forma pela qual o Acordo promoverá a exportação de produtos locais e regionais, bem como de que maneira a UE garantirá o funcionamento de espaços de diálogo com a sociedade civil;
- v. em relação às questões trabalhistas, foram feitos questionamentos em relação às condições decentes de trabalho e aos retrocessos brasileiros atuais na temática;
- vi. em relação aos mecanismos de transparência, as organizações levantaram a necessidade de assegurar que a população em geral entenda o Acordo e que se implemente uma boa estratégia de comunicação de seus termos; e
- vii. foram discutidos mecanismos para viabilizar e garantir a observância dos compromissos do Acordo por parte do governo brasileiro, com destaque para a elaboração de indicadores que meçam o grau de cumprimento dos compromissos e da legislação brasileira.

---

8. Os grupos tiveram tempo de debate e, após a volta à plenária, os relatores escolhidos por cada um dos 5 grupos apresentaram os resultados dos debates para a plenária, bem como questões levantadas pelos grupos. Para detalhes sobre o conteúdo compilado e sistematizado dos debates, comentários e sugestões, consulte o Relatório Final da Etapa 01: Anexo 04: Perguntas, Comentários e Documentos dos Chats; Anexo 05: Comentários Diversos do Chat e Anexo 06: Perguntas e Comentários deixados no Drive.





16. No segundo Workshop temático **"Condições de trabalho decente, gestão de cadeia de valor e comércio internacional"**<sup>9</sup>, os peritos da UE - Jonh Bazill e Julius Langendorff - apresentaram os artigos do Acordo acerca das condições de trabalho, com a exposição da agenda de trabalho decente, Conduta Empresarial Responsável, cadeias de valor e assuntos correlatos.

17. O Workshop contou com a participação do Diretor do Escritório da OIT no Brasil, Martin Hann, que destacou as condições práticas que o Acordo pode trazer para o tema do trabalho e condições decentes; pontuou que as normas internacionais do trabalho e as recomendações da OIT foram consideradas por todos os países parte do Acordo como parâmetros que possibilitam alcançarem metas comuns.

18. Representantes da sociedade civil se manifestaram, destacando, em linhas gerais, as seguintes preocupações:

- i. quanto ao efetivo cumprimento dos compromissos do Acordo por parte do governo brasileiro;
- ii. em relação à possibilidade da sociedade civil interagir entre si e com empresas, sem necessariamente depender dos governos para isso;
- iii. possibilidade de viabilizar novas iniciativas que permitam o diálogo com outros países do bloco do Mercosul, bem como a possibilidade de realização de fóruns regionais para apurações de violações de direitos.

19. Foram levantados ainda questionamentos quanto:

- i. à governança do Acordo; e
- ii. ao cenário sociopolítico brasileiro e aos retrocessos, com destaque à temática de direitos humanos, fiscalização de violações de direitos e conduta empresarial responsável (devida diligência em direitos humanos); à harmonização dos sistemas europeus e do Mercosul em relação às temáticas sociais.

20. O terceiro Workshop intitulado **"A Participação da sociedade civil no monitoramento e implementação do Acordo"**<sup>10</sup>, contou com a abertura realizada pela Chefe Adjunta da DELBRA, Ana Beatriz Martins, que destacou que a participação é ponto estruturante de todos os Acordos comerciais mais recentes da UE.

---

9. O vídeo completo do Workshop II com áudio traduzido está disponível em: <<https://youtu.be/LMHZ6f4NL-k>>. O workshop II adotou diferente metodologia, começando com uma sessão de perguntas e respostas, como forma de valorizar perguntas deixadas no *chat* do primeiro workshop e no *Drive* dos evento anterior. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1aZCjkuk2PI92piAZ3ikphT2QbeV-dNNy>

10. O vídeo completo do Workshop III com áudio traduzido está disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=y\\_zFH9djmXQ&t=213s](https://www.youtube.com/watch?v=y_zFH9djmXQ&t=213s)>







21. Os peritos da UE – Jonh Bazill e Julius Langendorff – responderam, inicialmente, a uma sessão de perguntas e respostas<sup>11</sup>; apresentaram considerações quanto à participação da sociedade civil não ser limitada ao CDS, mas sim pertinente a todo conteúdo do Acordo e ressaltaram que cada uma das partes deve estabelecer mecanismos de consulta com a sociedade civil de forma a permitir um fórum de diálogo público sobre o Acordo.
22. Os peritos abordaram os artigos que versam sobre a participação da sociedade civil, mecanismo de solução de controvérsias, trazendo exemplo do caso da Coréia do Sul e do Vietnã.
23. Houve a participação de representante civil, na pessoa da Ana Toni, diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS), que ressaltou que o Acordo depende muito da confiança e diálogo entre as partes e dentro dos países, sendo necessário garantir o alinhamento entre as partes para a implementação nacional dos compromissos do Acordo.
24. Ana Toni destacou a importância da independência das organizações que comporão o Grupo Consultivo Interno (GCI, ou DAG da sigla em inglês) para garantir a isenção do órgão de participação. Pontuou que o Acordo tem duas partes: *hard law* (regulações comerciais) e *soft law* (o CDS), opinando que essa divisão traz alguns problemas, pois o desenvolvimento sustentável é pilar não menos importante.
25. Para a painelistas, o atual contexto político brasileiro não se mostra alinhado às previsões trazidas no Acordo e, nesse sentido, aponta que as organizações têm dificuldades em identificar condições e sinais políticos favoráveis à sua implementação.
26. Após a exposição, houve uma sessão de manifestação dos participantes, os quais pontuaram, em linhas gerais:
- i. sobre a possibilidade e abertura para novas negociações aos termos do Acordo;
  - ii. os desafios da participação da sociedade civil no contexto político atual e adverso, com destaque ao cenário de criminalização das ONGs, genocídio contra os povos tradicionais, destruição da Amazônia, cancelamento de Conselhos que permitiam a participação da sociedade civil brasileira na formulação das políticas públicas; e
  - iii. a necessidade de constituição de instâncias independentes de diálogo sobre o Acordo, compostas por organizações da sociedade civil brasileiras e o estabelecimento de grupos setoriais que discutam assuntos sobre meio ambiente e violação dos direitos no mundo do trabalho.

---

11. As perguntas foram retiradas dos chats, do Drive e de colocações feitas pelos participantes em workshops anteriores.



## (b) Segunda etapa – Conferência

27. A segunda etapa consistiu na realização de uma Conferência virtual realizada nos dias 8 e 9 de dezembro de 2020, das 9h às 12h30. O 1o dia enfocou a “Apresentação do Acordo e seus impactos”; e o 2o dia a “Implementação do Acordo, os incentivos e atores envolvidos”.

28. Na **abertura da Conferência**<sup>12</sup>, o embaixador da UE no Brasil, Ignacio Ybáñez, ressaltou o papel central que a agenda ambiental tem para os países-membros da UE, particularmente frente à crise climática e à crise pandêmica e destacou o papel do Acordo de Associação dentro dessa agenda. O embaixador Pedro Miguel Costa e Silva, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, reforçou o compromisso do Brasil com o Acordo, com as metas do desenvolvimento sustentável e com a redução do desmatamento. Afirmou que o Acordo é o mais avançado em relação ao comércio e desenvolvimento sustentável, sendo instrumento fundamental de cooperação na temática.

29. Em seguida, foi apresentado na **primeira Plenária**<sup>13</sup> estudo detalhado de impactos econômicos, sociais e ambientais do Acordo realizado pela *London School of Economics and Political Science (LSE)*<sup>14</sup>. O estudo apresenta uma análise dos impactos econômicos, sociais, de direitos humanos e ambientais do Acordo tanto na UE como em países parceiros. O professor da LSE, convidado para apresentar o relatório, pontou os impactos econômicos e aos direitos humanos e ressaltou que o estudo não prevê impactos ambientais significativos, se as metas do Acordo forem respeitadas.

30. No **Painel I**<sup>15</sup>, que reuniu representantes do setor financeiro, do agronegócio e da sociedade civil, debateu-se como diferentes atores do setor privado participam e podem vir a participar da agenda socioambiental. Foram apresentadas iniciativas que os panelistas alegaram contribuir para a agenda de sustentabilidade e para os compromissos socioambientais do Acordo.

- 
12. Intitulado “Mesa de Abertura”, contou com a participação do Embaixador Ignacio Ybáñez (Delegação da União Europeia no Brasil) e Embaixador Pedro Miguel Costa e Silva (Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil).
  13. Intitulado “Avaliação do impacto do Acordo de Associação UE-MCS sobre a sustentabilidade”, contou com a participação de Maximiliano Mendez-Parra (*London School of Economics - LSE*) e moderação de Vera Thorstensen (Centro de Comércio Global e Investimento da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP).
  14. Relatório “Sustainability Impact Assessment in Support of the Association Agreement Negotiations between the European Union and Mercosur”. Disponível em:  
[http://www.eumercosursia.com/uploads/4/0/7/2/40728425/final\\_interim\\_report\\_publication\\_03oct2019.pdf](http://www.eumercosursia.com/uploads/4/0/7/2/40728425/final_interim_report_publication_03oct2019.pdf)
  15. Intitulado: “Como o setor privado pode contribuir para a implementação dos compromissos socioambientais do Acordo?”. Contou com a participação de Graham Stock (BlueBay Asset Management), Marcello Brito (Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG); Caio Magri (Instituto Ethos) e moderação de Daniela Chiaretti (Valor Econômico).





31. Paralelamente, o **Painel II**<sup>16</sup> discutiu iniciativas voltadas ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e as oportunidades que o Acordo pode gerar para desenvolver o comércio de tais produtos em mercados internacionais, tais como a UE. Com foco em experiências na Amazônia brasileira, foram expostos desafios e barreiras comerciais que dificultam a implementação do Acordo na promoção de cadeias sustentáveis baseadas em produtos da biodiversidade brasileira.

32. No segundo dia da conferência, o **Painel III**<sup>17</sup> debateu mecanismos de participação da sociedade civil previstos no Acordo. A experiência do Equador foi apresentada por uma integrante do governo equatoriano e um membro do conselho da sociedade civil designado para acompanhar a implementação do acordo UE-Ecuador, como exemplo de como o mecanismo de participação funciona na prática e como se dá a relação entre os diferentes atores no acompanhamento da implementação do Acordo.

33. No **Painel IV**<sup>18</sup>, organizações da sociedade civil, da academia e do setor público (como o Ministério Público Federal) mostraram ferramentas desenvolvidas em parceria com distintos atores que se alinham com os compromissos socioambientais do Acordo, tais como programas de rastreamento de cadeias produtivas e monitoramento de biomas.

34. Na **segunda Plenária**<sup>19</sup>, que tratou de como garantir a implementação do CDS, os palestrantes defenderam que os mecanismos negociados dentro do Acordo devem atingir os objetivos socioambientais previstos por meio de trabalho conjunto e diálogo, salientando que tais mecanismos são preferíveis a sanções comerciais.

---

16. Intitulado "Como o Acordo pode favorecer o uso sustentável da biodiversidade brasileira?". Contou com a participação de Nurit Bensusan (Instituto Socioambiental - ISA); Patrícia Cota Gomes, Coordenadora (IMAFLORE); Raimunda Rodrigues (Projeto Origens Brasil – Comunidade Local Produtora, Mini usina do Rio Iriri no Xingu/PA); Paulo Amaral (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON); Gizele Odete de Sousa (C.A.M.T.A - Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu); e moderação de Veronica Goyzueta (*Rainforest Journalism Fund* – Pulitzer Center).

17. Intitulado "Quais os mecanismos para participação da sociedade civil e do setor privado na implementação do Acordo?". Contou com a participação de John Bazill (Diretoria Geral de Comércio, Comissão Europeia); Luigi Benincasa (Conselho Consultivo Interno do Equador); Dulce Maria García (Vice Ministério de Comércio Exterior do Governo do Equador); Alberto do Amaral Júnior (Universidade de São Paulo - USP) e moderação de Vivian Rocha (Women Inside Trade Brazil - WIT).

18. Intitulado "Quais ferramentas podem contribuir ao cumprimento dos compromissos do Acordo?". Contou com a participação de Raoni Rajão (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG); Procurador Rafael Rocha (Ministério Público Federal - MPF); Marcos Rosa (MapBiomas); Mércia Silva (Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo - InPACTO) e moderação de André Guimarães (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM).

19. Intitulada "Garantindo a implementação efetiva do Capítulo de Desenvolvimento Sustentável". Contou com a participação da Conselheira Clarissa Nina (Chefe de Gabinete do Secretário de Negociações Bilaterais e Regionais da América, Ministério das Relações Exteriores); Madelaine Tuininga (Chefe de Unidade, Diretoria Geral de Comércio, Comissão Europeia) e moderação de Marina Amaral Egydio de Carvalho, (Women Inside Trade Brazil - WIT).





35. Já na **terceira Plenária<sup>20</sup>**, a UE apresentou programas de apoio à sociedade civil e ao setor privado para promover o desenvolvimento sustentável no Brasil.

36. Na **Plenária final<sup>21</sup>**, foi aberto espaço para que a sociedade civil dialogasse sobre como deveria ser a articulação para acompanhar questões referentes à implementação do Acordo. Para os palestrantes, a sociedade civil brasileira é organizada e articulada e já desenvolveu ferramentas capazes de contribuir para a implementação dos compromissos socioambientais e manutenção dos padrões que estão incorporados no Acordo. Porém, segundo os participantes, é preciso maior clareza sobre como o cumprimento dos compromissos socioambientais do Acordo será garantido, especialmente diante dos desafios impostos pelo contexto político brasileiro atual.

37. O **encerramento da Conferência** contou com a participação do Embaixador brasileiro, Pedro Miguel Costa e Silva, e do Embaixador da UE no Brasil, Ignacio Ybáñez, que ressaltou novamente a importância da agenda de sustentabilidade para a UE, destacando que o Acordo UE-Mercosul está alinhado com a principal estratégia do bloco europeu, o Pacto Verde (*Green Deal*), que vai de encontro às metas de redução de emissões de gases de efeito estufa previstas no Acordo de Paris.

---

20. Intitulada “Como apoiar o papel da sociedade civil e do setor privado?” e participação de Stefan Agne e Maria Rosa Sabbatelli, ambos da Delegação da União Europeia no Brasil.

21. Intitulada “Como as organizações da sociedade e do setor privado podem fortalecer instâncias próprias de articulação para participação na implementação do Acordo?”; teve a participação de Adriana Ramos (Instituto Socioambiental - ISA); Athayde Mota (Associação Brasileira de ONGs para a Defesa dos Direitos e dos Bens Comuns - Abong); Natalie Unterstell (Instituto Talanoa); Marcelo Linguitte (Rede Brasileira do Pacto Global) e moderação de Caio Borges (Instituto Clima e Sociedade - ICS).





## IV. Participação

### (a) Primeira etapa – Workshops<sup>22</sup>

38. Na **primeira etapa da Iniciativa**, foram realizadas 212 inscrições de pessoas representando uma média de 120 organizações, oriundas de 16 Estados brasileiros, além de pessoas de outros países, representando a sociedade civil, entidades sindicais, fundações empresariais, academia e setor privado.

39. Em **relação ao perfil dos inscritos** da primeira etapa, destaca-se:

- i. quanto ao gênero, o perfil foi bastante equilibrado: 112 mulheres e 100 homens;
- ii. embora o público em geral tenha sido do Brasil (representando 91% dos inscritos), houve inscritos de outras localidades (9% dos participantes vindos de 8 países);
- iii. com relação ao local de origem dentro do território nacional, houve prevalência de inscritos dos estados de São Paulo (82 inscritos), Distrito Federal (80 inscritos) e Rio de Janeiro (32 inscritos), com representações de estados da região Sul, Sudeste, Norte e Nordeste; e
- iv. em relação aos setores de origem, houve prevalência de representantes de organizações da sociedade civil (OSCs) (43%), do setor privado (25%), da academia (10%) e de entidades governamentais (4%).

40. Em relação à **participação na primeira etapa da iniciativa**, a média de participação nos 03 Workshops foi de 45% (98 participantes por evento), em média, do total de inscritos.

41. A **participação por encontro** se deu da seguinte forma:

- i. a mesa de abertura teve 99 participantes;
- ii. o Workshop Temático 1, “Meio Ambiente, Clima e Comércio Internacional”, 101 participantes;
- iii. o Workshop Temático 2, “Condições de trabalho decente, gestão de cadeia de valor e comércio internacional”, 98 participantes; e
- iv. o Workshop Temático 3, “A Participação da sociedade civil no monitoramento e implementação do Acordo”, 97 participantes.

---

22. Para gráficos detalhados sobre as características das participações, consulte o Relatório Final da Etapa 01: Anexo 02: Inscrições, Perfil dos Participantes e Participações.





## (b) Segunda etapa – Conferência

42. A Conferência teve 550 inscritos, de 21 países, e de 13 Estados do Brasil. Dentre o total de inscritos, 335 (61%) de fato participaram da Conferência, contando 39 painelistas e moderadores. A maioria dos inscritos (55%) eram mulheres. No dia 08 de dezembro, participaram 255 pessoas e 15 painelistas e mediadores; no dia 09, 219 pessoas, além de 24 mediadores e painelistas. Alguns dos inscritos participaram apenas do primeiro dia, e, outros, somente do segundo, mas 169 participantes estiveram presentes durante os dois dias da Conferência.

43. Em **relação ao perfil dos participantes**, destaca-se: dos 335 participantes, 26% representavam organizações da sociedade civil que lidam com temas ambientais e ou de direitos humanos e direitos laborais; outros 28% vinham de empresas ou de fundações, institutos e outras organizações empresariais; 15% oriundos de instituições acadêmicas; 19% eram representantes oficiais de governos de países das Américas e da Europa; 5% eram de organismos internacionais, sendo quase todos da União Europeia; e, por fim, 11% eram consultores independentes ou outros. Os participantes eram provenientes de 15 países, sendo a maioria (80%) do Brasil.

44. **A participação atingiu números consideravelmente positivos.** A audiência de ambas as etapas se deu de modo ativo, por meio de questionamentos e comentários públicos no chat e Q&A.





## V. Resultados alcançados

### (a) Participação

45. A Iniciativa garantiu a participação de número representativo de organizações da sociedade civil e do setor privado em ambas as etapas e alcançou distintas regiões e setores.

46. A **primeira etapa** apresentou desafios quanto à metodologia para Workshop virtual e conseguiu garantir:

- i. constância semanal dos eventos, com participação representativa de organizações ao longo dos quatro eventos;
- ii. participação de número expressivo de diretores-executivos e coordenadores de área de organizações da sociedade civil;
- iii. bom volume de contribuição dos participantes, que foi incorporada ao conteúdo dos eventos por meio da adoção de dinâmicas que valorizaram questionamentos e comentários deixados nos chats e no drive, abertos para este fim<sup>23</sup>; e
- iv. ambiente virtual semanalmente adaptado e uso de diversas ferramentas da plataforma zoom.

### (b) Promoção de diálogo

47. A **primeira etapa** permitiu:

- i. às organizações expor e esclarecer suas dúvidas de diversas ordens sobre o Acordo;
- ii. boa interação das organizações entre si e com os membros da UE, em razão da opção por chat moderado ao invés de Q&A; e
- iii. que a UE colhesse subsídios apropriados para a concepção da Conferência.

48. A **segunda etapa** manteve o diálogo, abordando os principais pontos debatidos e questionados pela sociedade civil na primeira etapa, a exemplo de temáticas sobre impactos econômicos, sociais e ambientais e participação da sociedade civil nos mecanismos de participação.

---

23. Para detalhes sobre o conteúdo compilado e sistematizado dos debates, comentários e sugestões, consulte o Relatório Final da Etapa 01: Anexo 04: Perguntas, Comentários e Documentos dos Chats; Anexo 05: Comentários Diversos do Chat e Anexo 06: Perguntas e Comentários deixados no Drive.





49. Foram criadas oportunidades e instrumentos de **diálogo**, o que pôde ser evidenciado pelo volume de contribuição dos participantes por meio de comentários e questionamentos<sup>24</sup>, pelo interesse mantido e a manutenção da constância semanal da primeira etapa, bem como pelo número de participação da segunda etapa.

### **(c) Disseminação de conhecimento e informação sobre o capítulo CDS**

50. A disseminação de conhecimento e informação sobre o capítulo de comércio e desenvolvimento sustentável da UE foi propiciada por meio do conteúdo trazido nos *Workshops*, painéis e plenárias, por meio da disponibilização de informações qualificadas e informadas sobre o CDS, via sessões de informação e de perguntas e respostas, e por meio da divulgação de materiais em pasta do Google Drive da primeira etapa, bem como pela posterior divulgação e veiculação pública de todo o conteúdo da iniciativa no canal do youtube da DELBRA.

51. A iniciativa logrou estimular as organizações brasileiras da sociedade civil, do setor privado e da academia a identificar desafios em relação ao Acordo em geral e particularmente em relação ao capítulo de CDS.

52. Os questionários de avaliação apontam que houve ampliação da compreensão dos desafios e oportunidades potenciais trazidas pelo Acordo na área do CDS, bem como indicam como tais oportunidades potencialmente podem fortalecer a atuação das organizações participantes<sup>25</sup>.

53. Os representantes das organizações da sociedade civil e do setor privado avaliaram que foi possível aprofundar seu conhecimento sobre o CDS e compreender as possibilidades de participação na implementação e monitoramento do Acordo.

54. Os resultados dos processos avaliativos aplicados indicam que o conteúdo do CDS foi repassado de forma satisfatória, ainda que críticas ao contexto político brasileiro tenham questionado a possibilidade de efetividade do Acordo.

---

24. Os resultados das contribuições, críticas e sugestões das organizações, fruto do processo de diálogo promovido pela EU, podem ser encontrados nos anexos ao Relatório da primeira etapa.

25. Para detalhes sobre o resultado da enquete e avaliação consulte o Relatório Final da Etapa 01: Anexo 07: Feedbacks por Whatsapp; Anexo 08: Enquete do Zoom; e Anexo 09: Respostas ao Formulário de Avaliação.







## VI. Dificuldades encontradas

### (a) Primeira etapa – Workshops

55. O engajamento dos participantes na primeira etapa teve o desafio de dar conhecimento à iniciativa, bem como agregar o maior número de inscritos e participantes.

56. O tema do Acordo era pouco conhecido (e politicamente polêmico) para algumas organizações, sendo que o engajamento dependeu do reconhecimento da importância e oportunidade da iniciativa pelas altas autoridades das instituições.

57. Em razão da desconfiança em relação ao Acordo, foram realizadas reuniões bilaterais durante toda a primeira etapa, para explicar os objetivos da iniciativa e colher subsídios dos inscritos, a fim de torná-los centrais ao planejamento do conteúdo dos Workshops.

58. Quanto às dificuldades relativas ao formato dos eventos e dificuldades técnico-operacionais, pontua-se que, diante da novidade do ambiente virtual, o formato dos eventos teve que ser criado do zero, desde temas para discussão com os peritos da UE, como detalhes de textos para colocar no chat, falas de abertura, guias cronometrados e detalhados para cada um dos eventos e a criação de uma série de novos formulários.

59. O ambiente virtual demandou dinâmicas apropriadas para torná-lo mais interessante e novidades a cada evento para manter o interesse da audiência;

60. A proposta de quebra em salas paralelas adotada no Workshop I foi operacionalmente difícil. Embora a metodologia tenha permitido maior interação entre os participantes, não foi mais adotada. Ao contrário, a opção foi por abrir os microfones e assegurar que os participantes já estivessem previamente preparados para este tipo de manifestação, o que foi bem avaliado por todos.





## **(b) Segunda etapa – Conferência**

61. A Conferência teve como desafio permitir a compreensão do como as organizações participantes podem efetivamente se apropriar das informações recebidas.

62. Algumas organizações que participaram da primeira etapa de Workshops declararam-se publicamente contra o Acordo, inclusive com manifestações públicas e abaixo-assinado encabeçado pela Frente de Organizações da Sociedade Civil Brasileira contra o Acordo MERCOSUL-UE<sup>26</sup>.

63. Quanto às dificuldades em relação ao formato da segunda etapa, pontua-se a reduzida oportunidade de participação da audiência no formato Conferência. Alguns participantes expressaram frustração quanto ao tempo reduzido dedicado à resposta a seus questionamentos e, outros, quanto à falta de resposta às suas questões, ainda que algumas perguntas tenham sido respondidas, não foi possível contemplar todas recebidas.

64. Ainda, quanto ao formato, observa-se que a proposta de quebra em salas paralelas teve como desafio a migração das pessoas para as respectivas salas, o que pode ter resultado em números menores de participação nas salas paralelas.

65. No tocante às dificuldades técnicas-operacionais, ressalta-se que alguns painelistas tiveram problemas com seus equipamentos. Esses problemas são comuns em eventos virtuais, mas o fato de a plataforma escolhida não permitir a entrada dos participantes antes da hora, em salas de espera para testar som e imagem, fez com que o problema fosse detectado já "ao vivo" e atrasasse ligeiramente o andamento do painel.

66. Outra dificuldade técnica foi em relação ao encaminhamento das enquetes no primeiro painel do primeiro dia da Conferência, o que invalidou o instrumento de medição de cumprimento dos objetivos naquele dia, e, conseqüentemente, também no segundo dia, já que os dados não tiveram como ser comparados. O problema foi resolvido e a enquete final, redesenhada, foi encaminhada aos participantes no segundo dia.

---

26. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/mais-de-100-organizacoes-assinam-carta-contra-acordo-mercosul-ue/>





## VII. Recomendações

67. As seguintes recomendações são feitas à DELBRA no tocante ao possível segmento à iniciativa de promoção do diálogo sobre o Acordo UE-Mercosul no Brasil:

### (A) Informação/Publicidade/Comunicação

- i. Manter abertos os canais de diálogo com a sociedade civil, por meio da criação de uma página eletrônica na internet que dê publicidade à iniciativa e a todos os documentos que foram produzidos durante a 1ª e 2ª etapas e mantenha o canal de diálogo estabelecido.
- ii. Definir estratégia objetiva de comunicação que permita apresentar propostas para a população brasileira de maneira esclarecida e qualificada sobre os temas do CDS.
- iii. Disponibilizar permanentemente informes e atualizações sobre a iniciativa, de modo a evitar frustrações por parte das organizações brasileiras. Como ficou evidente por algumas das perguntas e comentários recebidos, alguns integrantes de organizações da sociedade civil pareciam ter a expectativa de que a Iniciativa seria semelhante a uma espécie de consulta pública, cujos resultados poderiam ser incorporados ao texto do Acordo. É importante ressaltar que a iniciativa pretende apenas informar a sociedade civil sobre o Acordo e sobre oportunidades de participação nos mecanismos previstos pelo CDS, ressaltando que cabe ao governo brasileiro selecionar as organizações que participarão do Grupo Consultivo Interno (GCI).
- iv. Traçar estratégias de publicação/divulgação dos dispositivos do Acordo no que tange à participação da sociedade civil no seu monitoramento e implementação.

### (B) Apoio à produção de estudos e pesquisas

- v. Produzir estudos e conteúdo informativo sobre o tema do *enforceability* dos compromissos do CDS. Uma vez que o capítulo não prevê sanções comerciais, quando o mecanismo de solução de controvérsias específico para o CDS for definido e divulgado, será importante esclarecer quais exatamente serão os mecanismos disponíveis para garantir que os compromissos sejam cumpridos.





- vi. Aprimorar o conhecimento sobre políticas e práticas que promovam instrumentos e salvaguardas que garantam na prática a não-comercialização de produtos oriundos do desmatamento, bem como de medidas que garantam que não haverá mais desmatamento para a produção de *commodities* agrícolas.
- vii. Identificar boas práticas em relação a ações de incentivo à economia da biodiversidade socioambiental em áreas indígenas, quilombolas e ribeirinhas, relacionando-as aos mecanismos previstos no Acordo para lidar com os riscos de impactos negativos nas populações tradicionais, promoção da exportação de produtos locais e regionais e produtos da sociobiodiversidade.
- viii. Identificar estudos de caso que destaquem o tema dos compromissos ambientais e as garantias de seu cumprimento, assim como as consequências de sua não-observância, especialmente em diálogo com os desafios da efetiva implementação dos AMAs - Acordos Multilaterais ambientais (Acordo de Paris e respectivas NDCs e Biodiversidade).
- ix. Apoiar iniciativas cujos objetivos estejam relacionados à efetiva implementação de instrumentos internacionais, como a Convenção 169 da OIT, bem como medidas necessárias à promoção de trabalho decente para fins de garantir efetividade aos termos do CDS.
- x. Apoiar ações de elaboração de indicadores que avaliem o grau de cumprimento dos compromissos socioambientais do Acordo e mecanismos para cumprimento e monitoramento destes compromissos.
- xi. Apoiar estudos sobre cadeias de comercialização de produtos que promovam impactos positivos na vida das pessoas.

### **(C) Diálogo político e mecanismos de participação e monitoramento**

- xii. Incluir novas oportunidades de participação do público: após comparar as duas etapas da iniciativa, recomendamos que, tendo em mente seu objetivo de promover um diálogo com a sociedade civil, que uma possível próxima etapa inclua novas oportunidades de participação do público, a exemplo do formato dos Workshops ou fóruns permanentes, de modo a aproveitar a experiência e capacidade de influência das organizações participantes.
- xiii. Buscar estabelecer canais de diálogo com estudiosos e integrantes de organizações ambientais que têm produzido estudos críticos sobre o impacto ambiental do Acordo, bem como com as organizações que fazem parte da *Frente Contra o Acordo Mercosul-UE e EFTA-Mercosul*.





- xiv. Esclarecer como será a composição e funcionamento dos GCIs, de modo tanto a indicar claramente como a UE garantirá o funcionamento de espaço de diálogo com a sociedade civil, como também para subsidiar a mobilização das organizações da sociedade civil nas ações de pressão ao governo para que forme um grupo verdadeiramente representativo e independente.
- xv. Promover instâncias de diálogo entre a sociedade civil brasileira e a sociedade civil europeia e de outros países e regiões que tenham assinado acordos com a UE, para que integrantes da sociedade civil brasileira tenham clareza da prática de implementação do Acordo. Essa ação pode contribuir, por um lado, para dissipar temores que fazem com que a sociedade civil encare o Acordo com desconfiança. Por outro, pode ajudar a identificar pontos que exigirão trabalho mais focado da UE, tanto em relação a este Acordo quanto no que diz respeito a acordos futuros.

68. Quanto ao prosseguimento da temática de comércio e desenvolvimento sustentável – ainda que não vinculado a uma iniciativa específica de CDS –, recomendamos **apoiar estudos e discussões** dos seguintes temas:

- i. Investimento sustentável e projetos relacionados à sociobiodiversidade, territórios tradicionais, quilombolas e indígenas – com enfoque em projetos que protejam o meio ambiente e comunidades locais;
- ii. Fortalecimento dos aspectos ESG nos critérios de investimentos de fundos de investimento europeus; e nos critérios das empresas compradoras de produtos brasileiros;
- iii. Contribuição do comércio para a consecução de Acordos multilaterais sobre o meio ambiente e condições de trabalho;
- iv. Ações comerciais e mudança climática;
- v. Comércio justo (*fair trade*) e transição justa (*just transition*);
- vi. Manejo sustentável da floresta e manejo sustentável das atividades pesqueiras e de aquicultura;
- vii. Harmonização dos standards de proteção social, sanitária e ambiental entre UE e Mercosul a partir de standards mais altos (por exemplo, quanto ao uso de pesticidas);
- viii. Promoção de *compliance* socioambiental e regularidade ambiental; podendo focar em setoriais prioritários para se trabalhar os parâmetros socioambientais, a promoção dos mesmos e a exigência de avaliação socioambiental;





- ix. Mecanismos de vinculação de condições de trabalho decente, gestão de cadeias de valor e comércio internacional; e promoção da diversidade e igualdade nas relações trabalhistas;
  - x. Mecanismos de rastreabilidade como ferramenta de implementação de *high level standards*;
  - xi. Conduta empresarial responsável e mecanismos de devida diligência em direitos humanos, como forma de antecipação, mitigação e reparação de violações de direitos humanos no contexto empresarial; pontuando a possibilidade que o acordo de associação gera na mudança de parâmetros de atividades comerciais;
  - xii. Identificação de barreiras comerciais aos produtos verdes e sustentáveis;
  - xiii. Indicadores para monitoramento de compromissos de desenvolvimento sustentável vinculados a acordos comerciais e de associação;
  - xiv. Mecanismos de participação da sociedade civil em acordos de associação.
69. Por fim, recomenda-se o financiamento de projetos, de modo a:
- i. Criar uma linha de financiamento e capacitação que possibilite o fortalecimento de ações de comércio e desenvolvimento sustentável que exemplifiquem formas de implementação prática do Acordo e que contemple as questões colocadas como cruciais pelas organizações participantes da Iniciativa. Apoiar projetos e iniciativas existentes é uma forma de apoiar ações concretas localmente nos territórios que cotidianamente garantem a sustentabilidade.
  - ii. Criar uma comissão para redação de edital e chamamento público para apoio a projetos de organizações da sociedade civil, setor privado e academia, com linhas de financiamento nas seguintes temáticas:
    - a. geração de valor de produtos sustentáveis: como tornar os produtos sustentáveis mais acessíveis e atraentes para ingresso no mercado europeu?;
    - b. “*compliance*”: como as etapas de produção e comercialização atendem às regras socioambientais existentes e atuam para que produtos atendam essas regras?;
    - c. democracia e sociedade civil: como dar condições para a efetividade da participação das organizações brasileiras, criando espaços de diálogo e mobilização? Esta linha também envolve temas de governança, participação, democracia e resiliência das organizações no contexto político brasileiro;





- d. monitoramento dos compromissos socioambientais: apoio a ações de organizações que mapeiam temas relativos ao comércio e mudança climática, instrumentos internacionais, produção e comercialização de produtos agroalimentares; e
- e. formação e certificação de pequenos produtores (*capacity building*) – capacitar organizações de base em seus interesses e sobre oportunidades que a temática gera; e/ou iniciativas de promoção e visibilidade de produtos e produtores locais e sustentáveis aos compradores europeus.

